

SENTIDOS DA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PERSPECTIVA DE JOVENS DE CLASSES POPULARES

Autores

Sielia Silva e Silva¹; Benicio Backes

RESUMO

Este trabalho reflete sobre os sentidos atribuídos à escola por jovens alunos de classes populares, de uma escola pública, estudantes na modalidade Educação de Jovens e Adultos. A reflexão se estabelece em torno da temática do trabalho, lugar de conflito entre classes, e da trajetória da educação brasileira, espaço onde a classe popular gozou e ainda goza de desfavorecimento. Ao discorrer sobre os sentidos da escola, a discussão menciona componentes da vida vivida pelos alunos e aponta para o desamparo histórico, e muito atual, da classe popular, sublinhando a necessidade de superação da realidade tal como ela se encontra. A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa e os dados foram obtidos a partir de questionários; Percebe-se, que os sentidos para os alunos investirem numa trajetória escolar estão muito associados com a possibilidade de dinamizarem suas vidas social, econômica e cognitivamente, bem como objetivam aprender sobre as coisas e o mundo. No compromisso de gerar as mudanças necessárias à inclusão social, o professor tem uma função especial: fazer desta instituição um espaço de práxis comprometida com os sentidos que os educandos trazem de suas vivências e com os novos sentidos que advêm da construção do conhecimento em sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão social. Educação e trabalho. Sentidos da escola. Educação de Jovens e Adultos.

¹Especializanda em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Formada em Pedagogia pela Universidade Feevale. Professora na Rede Estadual de Ensino do RS.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda assuntos muito presentes na vida cotidiana, porém advindos de temas que, na cotidianidade, não nos detemos em pensá-los. Um deles é a questão do trabalho. E ao se fazer, junto à discussão sobre o trabalho, uma abordagem das trajetórias da educação, sinaliza-se que a sociedade acontece dentro da escola, pois as duas instâncias seguem de mãos dadas no decurso histórico. Com essa discussão, consegue-se perceber o tipo de relação que, em diferentes situações, se estabelece entre as motivações que põem em movimento a vida escolar e as condições de vida do aluno. Dentro dessa perspectiva contextual, ganha destaque o problema levantado e que se torna guia de investigação: qual é o sentido da escola para jovens de classe popular?

Assim, com os objetivos de: analisar os sentidos de estar na escola para jovens de classe popular, procurando identificar as relações que estes estabelecem entre a escola e o trabalho; verificar as perspectivas dos estudantes com relação à mobilidade social oportunizada, ou não, pelo aumento da sua escolarização; e, por fim elencar os motivos principais pelos quais os jovens frequentam a escola, fez-se uma pesquisa de cunho qualitativo numa escola de Ensino Fundamental – modalidade EJA² –, do Bairro Canudos, município de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Primeiramente debate-se sobre a questão do trabalho, atentando para as diferenciações entre a dimensão onde ele se relaciona com a produção existência do homem e o ponto onde ele se coloca a serviço da produção da riqueza econômica. Segue-se tecendo algumas relações entre trabalho e educação a partir da natureza inventiva e criadora que ambos possuem. Finaliza-se a primeira parte da reflexão com uma discussão sobre trabalho e juventude.

² Educação de Jovens e Adultos.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*



Num segundo momento, recria-se a trajetória da educação brasileira, construindo pontes que possam ligar trabalho e educação. O rumo tomado por esta reflexão leva ao entendimento de que a educação pautou-se no privilégio de grupos nas desigualdades e exclusão social. Dessa forma, fica evidente que a condição na qual a educação encontra-se hoje é fruto de um processo histórico e cultural onde a participação popular é ainda muito restrita.

Nesta pesquisa buscou-se captar os sentidos e as razões que mobilizam os sujeitos a empreenderem esforço na sua escolaridade e educação. É importante contextualizar a abrangência prática dos sentidos que os alunos possuem para irem/voltarem à escola e entender como estes estruturam a sua trajetória escolar a partir desses sentidos.

Na parte conclusiva fica um desafio no sentido de que a escola deve repensar a sua função e que, para isso, é fundamental que o professor esteja imbuído de um comprometimento com a transformação. A mudança caminhará em direção à conscientização dos jovens estudantes. Deve-se portanto, oferecer condições para que eles compreendam a realidade, fortaleçam suas esperanças, sensibilizem-se e se inconformem com os fatos assim como estes se apresentam.

2 MUNDO DO TRABALHO

O trabalho é uma dimensão importantíssima no desenvolvimento da espécie humana. Ele está relacionado com as conquistas importantes que foram feitas no âmbito científico e tecnológico pela sociedade composta por uma espécie pensante. Chauí (2000, p. 542) aponta que ele “[...] é a relação dos seres humanos com a Natureza e entre si, na produção das condições de sua existência”. Ao se envolver fortemente com as necessidades do sustento e ao se deixar tomar pelo espírito pragmático mais atento aos resultados imediatos do trabalho – remuneração que dê conta da satisfação das necessidades básicas –, nem sempre se está atento à

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

dimensão fecunda que possui o trabalho, como a capacidade de transformar a natureza e a expressão de liberdade através da criatividade decorrentes da atividade humana na história.

Em diferentes momentos do processo histórico, com destaque para o atual, marcado pela exacerbação do capital, verificam-se mudanças na forma de praticar o trabalho como práxis humana para uma forma totalmente inversa que ao invés de possibilitar a existência, afasta os trabalhadores de uma vida prazerosa. Frigotto (2002, p. 12) relata que “desgraçadamente o trabalho, criador de valores de uso imprescindível à reprodução da vida, não tem sido assumido por todos. A história humana, infelizmente, até hoje, reitera a exploração de seres humanos por seres humanos e de classe sobre classes”, ocasionado o que se chama de alienação do trabalho.

Nos dias de hoje, a busca por um emprego se constitui numa luta pela existência num cenário de competitividade e desigualdades, onde há um embate entre forças. De um lado, uma classe dominadora, detentora dos meios de criação/produção e, de outro, uma classe dominada, mas nem sempre subordinada. Enquanto uma é proprietária a outra vende sua força de trabalho por um valor injusto e favorável à dependência perene, uma vez que o trabalhador recebe uma remuneração que não é condizente com esforço dispensado à produção do bem proveniente da sua atividade (FRIGOTTO, 2000).

Dentro desse contexto, entende-se que aqueles que estão empregados, convivem com a insegurança de, a qualquer momento, não ser mais necessários ao mercado que se apresenta benevolente, oportunizando-lhes um emprego. Assim, pode-se pensar que o poder de criação do qual o homem se deveria revestir-se, encontra-se velado pela necessidade de conseguir ou manter um emprego que garanta a sua inserção no mundo do consumismo ou um ganho que apenas permita sua sobrevivência e as possibilidades de manter-se trabalhando. Esse quadro volúvel, segundo Piccinini, Oliveira e Rübenich (2006, p. 93), está inserido na cena

da “internacionalização e da interpenetração dos mercados”. Assim, a iniciativa privada busca cada vez mais investir em formas de aumentar o seu poder e anular o do Estado, investindo em tecnologias ou se esforçando para chegar primeiro nos lugares em que o Estado ainda não alcançou.

Faz-se necessário, dessa forma, questionar a lógica atual que limita o trabalho aos parâmetros capitalistas, os quais visam ao acúmulo e à apropriação da riqueza por alguns, fato que impõe dúvidas quanto à continuidade da sobrevivência aos menos providos que convivem com as mazelas provenientes das desigualdades e dos monopólios que só tendem a crescer.

2.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO

Depois das considerações feitas a respeito do trabalho, podemos pensar a relação existente entre escola e trabalho sob muitos aspectos. Um deles é a natureza “inventiva e criadora” (LAFARGUE; CHAUI, 1999, p. 34), a qual se refere Chauí em relação ao trabalho, e que a escola também traz como possibilidade. Um outro ponto de vista encontra-se em Saviani (2007), o qual relata que quando o homem reflete sobre sua vida e vê-se pressionado pelas suas necessidades, ele começa a buscar formas de criar as saídas para seus problemas. Conjuntamente, ele encontra as maneiras de qualificar sua vida e organiza-se para compartilhar os conhecimentos construídos entre si e para as novas gerações. Assim, funda-se a relação entre educação e trabalho.

De acordo com Saviani (2007, p. 154), o homem aprende a fabricar a existência fabricando-a e “lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações”. Para que isso acontecesse, eram selecionados conteúdos que tivessem validade para a situação de vida experimentada naquele momento pelo grupo. Supõe-se que a seleção se dava com base naquilo que possuía sentido para o grupo. “Assim, enquanto os

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie" (SAVIANI, 2007, p. 154).

Um outro aspecto se encontra no fato de que, nos dias de hoje, a escola está muito distante do modelo citado. Basta dizer que os conteúdos selecionados não são eleitos pelo grupo destinatário da formação. A escola, em determinadas reflexões, como é o caso das de Chauí (2000, p. 540), é utilizada, entre outras instituições sociais, como uma das muitas estratégias de propagação do pensamento dominante. Nesse caso, uma classe determina o que se deve transmitir educacionalmente à população. E o setor educativo se transforma num campo de batalha, onde pessoas entram em disputa pelos melhores empregos.

Dentro desse contexto, merecem destaque algumas falas que, em diferentes situações, mais especificamente as sintonizadas com as do senso comum, enxergam a escola como uma forma de poder "ser alguém na vida". O que significa essa frase muito proferida pelos jovens quando instigados a respeito das razões que os levam a investir na educação? Atualmente, o que é necessário para ser alguém na vida? Sob a ótica capitalista, é necessário tornar-se produtivo – o que significa inserir-se no mundo do trabalho e do consumo através dos atos de trabalhar e consumir. Em outros termos, dentre tantas razões que motivam a entrada e o investimento na escola, encontra-se o fato de ela prometer, através da submissão do sujeito ao seu percurso e currículo, a possibilidade da inserção no mundo do trabalho e do consumo. Por causa disso, a escola tem se colocado a serviço da flexibilização do sujeito e do desenvolvimento constante dos meios de produção vigentes.

Nesse sentido, é de se estranhar quando, hoje se encontra uma infinidade de razões que levam os jovens a abandonar seus estudos e que, em muitos casos, o trabalho que deveria contracenar com os aprendizados escolares, assim como no "comunismo primitivo" mencionado por Saviani (2007, p.154), acaba sendo o

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

causador da ruptura do jovem com os estudos. É de se estranhar, também, os casos em que a escola, mesmo considerada a janela por onde se pode visualizar a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho, acabe não oportunizando isso para a grande maioria de indivíduos. A estranheza seria ainda maior se não se levasse em conta o fato de a escola estar marcada pelos interesses da classe dominante e, assim como outras instituições sociais, o fato dela colocar-se como aliada do pensamento preponderante.

Feltrin (2004, p. 30) confirma essa declaração: “[...] o que se observa é que na instituição de ensino se reproduz o modelo social [...]”. E essa reprodução fica evidente quando há o esforço de lapidar os alunos para que estes consigam posições na escala da ascensão social. Em Gentili (1999), encontra-se um alerta que faz questionar ainda mais o papel que a escola desempenha hoje: o autor diz que “a função da escola é permitir a sobrevivência dos melhores, num mercado altamente competitivo. Uma boa escola é aquela que melhor forma os indivíduos para se inserirem competitivamente no mercado de trabalho” (GENTILI, 1999, p. 24). Nesse contexto, testemunha-se uma contradição: as promessas de ascensão social muitas vezes divulgadas como próprias da escola e, em contrapartida, o fato de que é comum que os pertencentes à classe dos não-proprietários não alcancem postos de destaque dentro do mercado.

Kuenzer (2000, p. 353), ao falar da escola cidadã, menciona o espaço escolar “como possibilidade de formação humana” instituição à serviço da “construção de outras relações sociais”, “a serviço da vida com dignidade e com qualidade para todos”. Assim, como tarefa da escola, de acordo com o contexto mencionado no decorrer dessa reflexão, cabe intervir a favor da descoberta de novas possibilidades econômicas e de relações de trabalho pautadas, por exemplo, na cooperação e na solidariedade. Hoje testemunha-se o surgimento de cooperativas de economia solidária que iniciam como pequenas iniciativas, mas que ecoam como projetos que provocam transformações importantes na realidade dos envolvidos. Os pontos mais

importantes dessas experiências é o fato da comunidade gerir-se de forma autônoma e colocar as riquezas da localidade à disposição de todo o grupo, dando poder de produção aos participantes.

2.2 TRABALHO E JUVENTUDE

Não se constitui uma novidade afirmar que trabalho e juventude são dois temas que estão muito interligados. Aquino (2009, p. 30) pontua que os jovens colocam entre as vantagens de ser jovem o fato de nessa idade ser possível trabalhar. O mesmo autor diz que entre os assuntos que interessam os jovens três temas predominam: “educação, trabalho e oportunidades de cultura e lazer”. Já a falta de trabalho é colocada como uma das dificuldades de ser jovem. É fato que, em se tratando de evidências empíricas, é comum escutar das bem intencionadas figuras sociais que o trabalho proporciona uma redenção da juventude dos diversos vícios ou dos desvios sociais como, por exemplo, da drogadição ou da delinquência. Dessa forma, é conveniente mencionar as reflexões do IPEA³ que, nas palavras de Gonzalez (2009, p. 122), reflete o seguinte:

É a partir da década de 1990 que ganha força a perspectiva de estruturar cursos de qualificação profissional voltados para os jovens em situação de risco social, por meio de cursos financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em vez de se voltar para a classe trabalhadora em geral, estes cursos procuravam focar os jovens das comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade.

Essa afirmativa entende que é mais provável que um jovem desempregado caia nas drogas ou engorde as fileiras do crime do que aquele que está envolvido com algum trabalho para ocupar as suas horas e que o trabalho, assim como os

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

estudos, pode resgatar estes jovens de situações de possíveis desvios de conduta social.

Em pesquisa realizada a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2006), Corrochano (2008) conclui que os jovens com menos renda e mais novos, são os de maior quantidade no grupo dos que estudam e trabalham, exercendo funções nos mais precários postos, na maior parte das vezes cumprindo uma jornada de trabalho na informalidade, auxiliando nos trabalhos denominados como de autoconsumo⁴. O que se percebe é que existe uma forte relação entre a condição econômica e social e a maneira como o indivíduo e seu grupo familiar conferem valor ao trabalho e à educação.

Ao se pensar sobre esses dados, afirma-se que não há como falar de juventude sem entrar no mérito da discussão de emprego ou desemprego. Porém, a inserção dos jovens no mundo do emprego acontece de forma diversa, dependendo do grupo econômico do qual participam e também da faixa etária. Constata-se, assim, a luta de classes bem presente no contexto juvenil. Os jovens pobres, mais novos e de classe baixa, numa postura de luta pela sobrevivência, ao optarem pelo ingresso no campo de trabalho, ganham sua renda para garantir o sustento de suas despesas individuais ou mesmo para ajudar suas famílias, e, por isso, acabam perdendo no futuro. Em contrapartida, os jovens de maior renda, ao conviverem com as condições mais favoráveis para a consecução dos seus estudos – ganham suas mesadas sem precisar gastar seu tempo com o trabalho em forma de emprego – têm maiores condições de disputarem mais tarde os melhores postos de trabalho.

As razões que dificultam a entrada dos jovens de classe popular no mundo do trabalho são as mesmas que lhes tiram o incentivo a dedicar-se aos seus estudos; e são as mesmas que lhes relegam um lugar determinado socialmente abaixo de outras classes, sustentando-as; e são as mesmas que conservam as diferenças de

⁴"O indivíduo produz bens para seu próprio sustento (ou de mais alguém do domicílio) ou trabalha em benfeitorias de seu domicílio. Nestas duas posições, o indivíduo não efetua um trabalho regular" (CORROCHANO, 2008, p. 24).

condições de vida entre estas classes. São razões pautadas no bem-estar dos grupos monopolizadores dos meios de produção.

Segundo Gonzalez (2009), há também algumas iniciativas que tentam incentivar os jovens ao empreendedorismo, mas este autor põe em pauta a tendência que os negócios dos jovens possuem para sucumbirem às dificuldades tão comuns a um pequeno negócio. Seja como for, a questão parece ser uma só: mudança na maneira de produzir, ou introdução das novas formas de trabalho, ou investimento nas soluções que emergem de dentro das comunidades, como o caso da economia solidária já citada. Contudo, tem de haver políticas de equalização também por parte do Estado, e elas são importantes porque a maneira com que se lida com a questão do jovem define a sociedade num futuro bem próximo. Não se trata de privilegiar um grupo, deixando de lado outro, mas sim de encarar os problemas da sociedade como situações complexas pertinentes a todos nós, e formar jovens para a cooperação, para a colaboração e para a não conformidade com esta ordem que está aí.

3 A EDUCAÇÃO ENTRE A DISTINÇÃO SOCIAL E A INCLUSÃO SOCIAL

Os inícios de uma educação aqui no Brasil, pensando-a a partir de 1500, não escapam das pretensões econômicas e políticas atravessadas pelas religiosas que Portugal tinha em relação à sua nova Colônia. Assim, num primeiro momento, a atividade educativa estava voltada a uma missão de conversão dos povos que aqui já habitavam bem como para a dominação dos grupos que aqui habitavam (ARANHA 2006). Nesse contexto, é importante pontuar que já no século XVII iniciavam-se, no Brasil, conflitos derivados do direito ao acesso à escola, pois estava explicitamente dada a seleção dos indivíduos que ingressariam numa trajetória escolar. Ribeiro (2007) relata que, naquela época, como Portugal passava por uma crise proveniente de um monarquismo decadente, fez-se necessário retirar da

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*



colônia Brasil a maior quantidade de benefícios que fosse possível o que culminou na distinção dos colonos e dos metropolitanos, bem como no fato de os cargos de destaque ser assumidos somente pelos metropolitanos.

Com a independência em 1822 vem a primeira Constituição do Brasil – é a de 1824. Segundo Sucupira (2001), esta Constituição define que a educação é para todos. Mas, nos meandros da sociedade, mais propriamente do sistema, surgem inúmeros empecilhos no emparelhamento dos interesses das classes sociais. Somente depois, com o Ato Adicional de 1834, que colocava a educação popular como responsabilidade do Estado, ou seja, das províncias, é que o assunto volta a ser considerado como possibilidade. Assim, o chamado Ato Adicional de 1834, ao assentar a educação popular ao cargo da província, diz-se a favor de uma descentralização. Porém, segundo Sucupira (2001), esta decisão foi tomada devido à falta de privilégio de que gozava a educação popular perante o governo, pois as províncias não tinham condições de levar adiante esse serviço de gratuidade da educação para todos, uma vez que eram pobres, além de muito exploradas pelo governo central.

No século XIX, as evoluções foram pautando-se sob as definições feitas até o momento. Houve também muitos percalços e o Estado continuava não dando conta da sua tarefa de educar. O que acontecia, segundo Aranha (2006, p. 200), era que “enquanto o Estado se esforçava para oferecer a escola gratuita para os pobres, é bem verdade que os ricos ainda procuravam as escolas tradicionais religiosas”. A autora deixa explícita aqui a questão da distinção social na qual estava envolvido o sistema educacional. Os filhos da elite eram educados particularmente em casa e como não havia a exigência do ensino primário para entrar nos outros níveis, a elite ficava em vantagem, já que a educação pública era demasiadamente precária e desta somente se utilizava a classe popular (ARANHA, 2006).

Pode-se perceber que a forma de compreender e executar a educação dos séculos idos está presente ainda hoje. Cinco séculos se passaram e ainda

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

testemunham-se situações e pensamentos análogos dentro do contexto educacional brasileiro atual. Contudo, executando um avanço no tempo traz-se para o debate as diretrizes da Constituição de 1988. Lá se encontra documentado que a educação deve ser gratuita e o Ensino Fundamental é obrigatório. Nela baseia-se a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que surge levantando bandeiras como a da democratização do ensino e a da participação da sociedade, fazendo menção da gestão democrática.

Houve muitos avanços. O princípio da “educação para todos”, anunciado internacionalmente na década de 90, contribui para que o acesso à escola tomasse mais corpo no país. Mas ainda se convive com as enormes desigualdades sociais. Apesar das melhorias e avanços, ainda se verifica, em fins do século XX, um grande entrave que é a questão da desigualdade social bem como os conflitos de interesses de nível global e local. Mesmo havendo um maior alcance no acesso, as condições de permanência são desfavoráveis, bem como a possibilidade de relacionar os aprendizados com a vida e a forte ligação com interesses do capital (ARANHA, 2006).

É oportuno lembrar que daqui para frente, as modificações a serem perpetradas no sistema educacional e na sociedade como um todo devem ser pautadas nas escolhas do dia a dia da escola, da sala de aula e, sobretudo da vida dos alunos, perpassando a consciência dos educandos, trazendo a ideia de que os lugares que ocupam nem sempre foram conquistados, mas herdados e que, por isso mesmo, devem ser criticados, abordados, investigados para serem transformados. Só assim, a comunidade poderá entender o valor de sua participação no processo educativo e político que a sociedade atravessa, fazendo valer seus interesses.

Até aqui, em termos de educação escolar, trilhou-se um caminho que abandona muitos sujeitos às suas margens. “Por isso é indispensável que o educador, consciente e crítico, seja capaz de compreender sua atuação nos aspectos de continuidade e ruptura em relação aos seus antecessores, a fim de agir

de maneira intencional e não meramente intuitiva e ao acaso” (ARANHA, 2006, p. 20). Dessa forma, nunca é demais atentar com mais intensidade para o fato de que a educação é uma ação política e, portanto, seus agentes, desde que inseridos no mundo educacional de uma maneira comprometida com o ato de educar e com as possibilidades que os sujeitos carregam, podem invocar ideais, sonhos e utopias. Está posto o grande desafio que se pode visualizar melhor a partir do seguinte dizer de Aranha (2006, p. 244): “Se a educação ‘não pode tudo’, mesmo assim ela tem uma função importante a desempenhar, porque ela não só instrui socializando, como pode ser emancipadora, ao abrir espaço para a desmistificação da ideologia”.

4 SOBRE OS SENTIDOS DE ESTAR NA ESCOLA

Para o professor, são poucas ainda as oportunidades de debruçar-se com afinco sobre a escola do ponto de vista do estudante, sobre o sentido que os alunos devotam a essa instituição. Mas, entender a importância da escola para os alunos é uma ferramenta de suma importância no quesito democratização o qual preconiza a LDB em vigor. Neste sentido, é que este trabalho se propõe a pensar a respeito de qual o sentido da escola para jovens de classe popular. Nestes termos, Gadotti (2003, p. 53) aborda uma questão central quanto ao tema, ele afirma que “[...] O ato educativo está essencialmente ligado ao viver com sentido, à impregnação de sentido para nossas vidas”. Conforme este autor, ter em mente os sentidos é importante tanto para o aluno quanto para o professor, isso para que o processo educativo possa ser significativo e transformador da realidade.

O sentido que a pessoa dá para os fatos é tão diverso e único quanto cada ser em suas relações com os eventos e com as diferentes coisas que compõem a própria vida. E de quantas formas e maneiras essas coisas e esses fatos puderem ser enxergados, haverá sentidos diferentes para eles.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

“A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE”



Conforme Oliveira (1999, p. 194), “As experiências partilhadas entre os sujeitos que se interrelacionam adquirem significado de acordo com as possibilidades que seus mundos objetivo, social e subjetivo lhes proporcionam [...]”. A materialização desses sentidos os quais derivam da interrelação com as possibilidades proporcionadas pelo mundo social, objetivo e subjetivo pode dar-se, por exemplo, no dizer de Rute⁵, uma das participantes da pesquisa. Ao responder ao questionamento sobre a maneira como a escola a auxilia no dia a dia, Rute argumenta que “[...] eu ajudo meu pai na reciclagem e é preciso fazer contas e meu pai não consegue fazer sozinho”. Desse modo, é o mundo concreto, a realidade onde está inserido o sujeito que irá lhe proporcionar a realização da concretude de seus desejos advindos dos sentidos que atribui às coisas.

De acordo com Feltrin (2004, p. 100), “diante de um objeto, a atenção será, espontaneamente, tanto mais intensa quanto maior for o significado cognitivo que ele tem para a pessoa”. O mesmo autor completa a reflexão ponderando que se não forem notadas clareza e necessidade prática naquilo que está sendo ensinado, o aluno empreenderá suas buscas por outros caminhos. Como comprovação dessa afirmação, pode-se mencionar a ocorrência de muitos alunos abandonam os estudos para dedicarem-se ao trabalho, enxergando neste mais sentido e necessidade prática. É importante destacar que os alunos só investem ainda na escola porque suspeitam que ela trará algum elemento a mais para suas vidas.

Gadotti (2003, p. 49, grifo do autor) chama atenção com a seguinte interpelação: “Aprende-se o que é *significativo* para o projeto de vida da pessoa”. Dessa maneira, os alunos jovens de classe popular que frequentam a escola no turno da noite, a maioria deles após uma jornada de trabalho cansativo, como é o caso dos alunos tidos por base para esta pesquisa, estão imbuídos da esperança de poder tornar suas vidas melhores, de poder usufruir de “[...] bens materiais e

⁵ Como forma de preservar os sujeitos participantes da pesquisa os mesmos serão nomeados por pseudônimos: Rute, Paulo, Dário, Silva, Antonio, Charles, Jarbas, Acássio, Renato e Expedito.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

simbólicos [...]” os quais acreditam “[...] não possuir por deficiências próprias e individuais (RUMMERT, 2002, p. 126). Aqui convém dizer que alguns sujeitos mencionaram o esforço individual com principal componente para alteração da sua condição de vida. Dizem que “se eu me esforçar para ter um bom desempenho, eu posso conseguir o que eu quero” (fala do Charles). Já a respeito das promessas divulgadas como resultado do acesso à escola, como melhores postos de trabalho, maior competitividade na disputa por estes postos e etc., verifica-se falas como a de Charles e Jarbas quando relatam que saíram da escola por causa do trabalho e que retornaram para melhor se qualificar para o trabalho, aqui entendido como emprego.

Avançado na discussão, traz-se a fala de Paulo o qual relata que com os estudos pretende “crescer no trabalho e como pessoa”, este, portanto, será o motor e o ponto sensível de sua aprendizagem. A mudança com relação ao trabalho e a possibilidade de avançar na compreensão e no entendimento das coisas como pessoa é a possibilidade futura que motiva o Paulo à frequentar a escola. O vir-a-ser está presente também na afirmação de Dário, quando diz que uma das razões que o fazem vir à escola é a possibilidade de “alcançar os meus objetivos”. Para esses dois alunos estes são os sentidos da escola: a possibilidade de poder dinamizar as suas vidas, assumindo posições diferentes daquelas nas quais se encontram.

Nas palavras de Gadotti (2003, p. 11) “‘Sentido’ quer dizer caminho não percorrido, mas que se deseja percorrer, portanto, significa projeto, sonho, utopia. Aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente”. Os sujeitos investigados neste estudo atribuem “buscar um novo trabalho” com uma das principais razões que os movem até a escola; em segundo lugar está “ascender profissionalmente em seu local de trabalho”, bem como “adquirir novos conhecimentos para a vida”. Assim, o caminho não percorrido que desemboca num sonho ou desejo, mobilizando a ação dos jovens, é a junção da busca pelo trabalho com a possibilidade de progredir na compreensão da vida. Um deles chega a afirmar que “[...] o estudo pra mim significa querer crescer” (Acássio) e outro: “[...] os

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*



estudos trazem educação e fazem-nos pessoas melhores [...]” (Renato). Dessa maneira, podemos perceber que, na vida prática dos estudantes, a dimensão da criação da existência citada na reflexão sobre o trabalho é justaposta ao compromisso com uma carga de trabalho.

De acordo com Cury (1992), a posição social ocupada pelo sujeito fixa também a forma como ele vai aprender. Um outro aluno, o Silva, pontuou como fator presente no seu processo de aprendizagem o fato de que deixa de fazer as tarefas solicitadas pelos professores para se dedicar ao trabalho. Segundo Silva essa é uma realidade que lhe impede de ir melhor nos estudos. Sendo assim, a forma como o aluno mencionado está encaminhando sua aprendizagem encontra-se delimitada pelas particularidades de sua vida concreta, neste caso pelo trabalho.

Um outro sujeito, o Antonio, diz que pretende “[...] através dos estudos conseguir um emprego melhor, bom de trabalhar”. Seria esse “trabalho bom de trabalhar”, aquele onde não seja obrigado a exaurir todas as suas forças e em consequência ganhar uma remuneração insuficiente para adquirir o bem que ele próprio produziu? Seria um “trabalho bom de trabalhar” aquele onde há oportunidade de realizar-se como pessoa capaz de construir a sua existência e de seus pares?

Percebe-se que ir à escola está muito relacionado com as esperanças de uma mudança de vida, verificando-se a inconformidade entre a vida vivida e a almejada. Mas não é o fato de usufruírem de uma posição social com a qual não se sentem satisfeitos, que se extingue o desejo de aprender sobre a vida e sobre as coisas do mundo. Verifica-se isso a partir da escolha das respostas na respectiva ordem: “ampliar os conhecimentos” (opção marcada por oito dos participantes), “crescer profissionalmente”, (escolhidas por cinco dos participantes) “crescer como pessoa” (marcada por quatro dos participantes). De acordo com essas falas, pode-se afirmar que as políticas de treinamento rápido para o exercício de uma função específica, prática privilegiada pelas políticas públicas no decorrer da história, não dão conta de

todas as necessidades e expectativas dos jovens de classe popular em relação aos conhecimentos e as possibilidades trazidas pela escola para as suas vidas.

5 CONCLUSÃO

Se for ter em conta que o local social onde está inserido o sujeito condiciona o quê e o como ele vai aprender, pode-se chegar a diversas inferências e variadas suspeitas. Como aprende o negro, o índio, o rico, o pobre? O que cada sujeito e cada grupo traz em conta quando empreendem uma jornada escolar, é algo que se faz importante no contexto pedagógico, pois a compreensão desses construtos pode desencadear práticas pedagógicas diferenciadas e efetivas. No Brasil, nação de desiguais, enquanto alguns estão relegados à miséria, à fome e à mendicância, outros usufruem do luxo e da riqueza, olhando para a pobreza de cima, em seus passeios de táxi aéreo ou das janelas de seus arranha-céus. Num país assim, a educação haverá que considerar as diferentes realidades e os diferentes sentidos e razões da educação para cada um dos grupos, com a finalidade derradeira de equalizar as condições sociais dos seus filhos.

A escola como espaço de reflexão e de formação dos sujeitos, além de receber os seus alunos com a bagagem dos sentidos que trazem consigo, deve ser também, portadora/impregnadora/geradora de novos sentidos de educação. Torna-se evidente que, por causa das escolhas históricas que se fez como nação, a classe popular ainda é novidade para a escola nos tempos de hoje. Este é um componente com o qual essa instituição ainda está aprendendo a lidar, posto que sempre somente avistou a elite em seus assentos, corredores e demais espaços que a compõem. Mas, justamente por ser local diferenciado de reflexão, ela pode e deve dobrar-se sobre si mesma e reinventar maneiras de acolhida a este grupo tão imenso que são os jovens da classe popular.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

No decorrer deste estudo, pôde-se perceber que a educação ficou e ainda fica desgarrada da vida concreta do aluno e mais ainda dos seus sonhos, dos seus desejos, das suas esperanças e dos seus projetos de futuro. O que se verifica em alguns momentos é a desvinculação e a contradição entre os desejos que os alunos nutrem e os conteúdos que a escola privilegia.

Na reflexão feita a respeito do sentido da escola para o aluno, fica pontuado que cada educando formula o seu sentido, cada grupo formula os seus significados. Quanto aos alunos da classe popular, estes atrelam as suas buscas à possibilidade da mudança. É importante que cada professor esteja comprometido com a alimentação da utopia dos seus alunos.

Os sentidos dos alunos da classe popular devem ser encaminhados na direção contrária à alienação de seus ideais e daquelas tentativas de ludibriação das suas ideias, da tentativa de comando dos sonhos e da incorporação da maneira como pensam as elites dominantes. É necessário, acima de tudo, que os jovens estudantes possam compreender as ideologias presentes na escola e na sociedade, as quais lhes relegam geralmente à conformidade.

Fica evidente que os sentidos da escola, para os alunos pesquisados, estão relacionados ao desejo de percorrer caminhos novos, tanto profissional como cognitivamente e como pessoas, ou seja, desejo de mudança para uma vida melhor. A fim de se nutrir estes sonhos com coerência e responsabilidade, o aluno necessita um professor compromissado com estes sentidos, engajado com possibilidade de construí-los junto com os seus educandos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria C. de, ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePolíticas.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2012.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



CORROCHANO, Maria Carla et al. **Jovens e trabalho no Brasil**: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação educativa, Instituto Ibi, 2008. Disponível em <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2301/1/Jovens_trabalho>. Acesso em: 20 mai.2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1992.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.

FRIGOTTO, Galdêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Galdêncio; CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-27.

_____. As relações trabalho-educação e o labirinto do Minotauro. In: AZEVEDO et al. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 341-351.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GENTILI, Pablo. Escola e exclusão social. In: PESSINATTI, Nivaldo Luiz (org.). **A escola do novo milênio**. São Paulo: Salesianas, 1999.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 111-128. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePoliticass.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. Educação cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia. In: AZEVEDO et al. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 353-358.

LAFARGUE, Paul; CHAUI, Marilena de Sousa. **O direito à preguiça**. São Paulo, SP: UNESP, Hucitec, 1999. (Paidéia, 4).

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. **As Transformações do trabalho num mundo globalizado**. Porto Alegre, ano 2, n. 4, p.14-19, jul./dez. 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a02.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2012.

OLIVEIRA, Regina Marigoni de. **O Sentido da Escola em Diferentes Realidades Sócio-econômicas e Culturais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação), Unicamp, Campinas, Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000187664&fd=y>>.
Acesso em: 27 jan. 2012.

PICCININI, Valmíria Carolina; OLIVEIRA, Sidnei Rocha de; RÜBENICH, Nilson Varella (orgs). *Formal flexível ou informal?: reflexões sobre o trabalho no Brasil*. In: PICCININI, Valmíria Carolina et al. **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 93-117.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas, SP: Autores Associados 2007. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=mFSOagRZINoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 14 abr. 2012.

RUMMERT, Sonia Maria. *Jovens e adultos trabalhadores e a escola: A riqueza de uma relação a construir*. In: FRIGOTTO, Galdêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 117-129.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

SUCUPIRA, Newton. *O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação*. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 55-68. (Coleção memória da educação)